



RELATÓRIO ESPECIAL

**Panorama político-eleitoral
latino-americano (2013-2016)**
A América Latina dos três Cs:
continuidade, centrismo e classes médias

Madri, junho 2013

d+i LLORENTE & CUENCA

1.	INTRODUÇÃO
2.	DESENVOLVIMENTO
3.	TENDÊNCIAS REELEICIONISTAS NA REGIÃO (2013-16)
4.	CONCLUSÕES

LLORENTE & CUENCA

1. INTRODUÇÃO

Entre 2013 e 2016, a maioria dos países latino-americanos renovarão os seus poderes executivos e legislativos. Esta corrida eleitoral será o momento adequado para avaliar as dinâmicas políticas que caracterizam a região.

Especificamente, para analisar dois fenómenos:

- Descobrir a **tendência política predominante na área** após a chamada “viragem à esquerda”, ocorrida entre 2002 e 2008, e o ressurgimento dos candidatos de centro-direita entre 2009 e 2012.
- E estudar o **reeleicionismo** como um sintoma à escala regional, espelho do **crescente hiperpresidencialismo** que afeta a maioria dos países da América Latina.

As eleições no Paraguai, em abril de 2013, bem como as eleições equatorianas em fevereiro passado e as venezuelanas, também em abril, abriram um novo ciclo eleitoral latino-americano que terminará com as eleições de 2016, quando 17 dos 18 países tiverem realizado eleições presidenciais (apenas no México haverá eleições para além dessa data, em 2018).

Trata-se, portanto, de um quadriénio decisivo para testar a robustez da proposta do “socialismo do século XXI”, já sem Hugo Chávez, o avanço da esquerda reformista na América do Sul e a força das opções de centro-direita no México, na América Central, na Colômbia e no Chile.

Este relatório vai sustentar que a realidade política latino-americana é definida por três Cs: o domínio das tendências políticas de **centro** (centro-esquerda e centro-direita) unido à estagnação das posturas mais radicais, a continuidade dos governos no poder, graças à excepcional conjuntura económica de crescimento constante desde 2003 –com a única exceção de 2009– e, em terceiro lugar, a emergência de **novas e heterogéneas classes médias** na região, com maior capacidade de consumo (e de endividamento), que explicam igualmente essa tendência de continuidade e das posturas de centro.

CALENDÁRIO ELEITORAL 2013-16

2013	Eleições presidenciais no Equador, no Paraguai e na Venezuela (estas três já realizadas) e nas Honduras e no Chile
2014	Eleições presidenciais no Brasil, na Colômbia, na Bolívia, no Uruguai, no El Salvador, no Panamá e na Costa Rica
2015	Eleições presidenciais na Argentina, na Guatemala e na Nicarágua
2016	Eleições presidenciais no Peru e na República Dominicana

“Existem três tendências políticas e eleitorais que coexistem na América Latina. Em determinados momentos, umas pesam mais do que outras, embora as três estejam sempre presentes”

2. DESENVOLVIMENTO

Em primeiro lugar, para explicar esta tendência para o centro experimentada na região, é necessário analisar (I) as diferentes tendências e (II) as dinâmicas políticas que coexistem na América Latina.

Em seguida, na terceira parte desta análise, estudar-se-á a “moda” da reeleição pela que passa a América Latina.

I As três principais tendências políticas na América Latina

Graças às eleições que terão lugar neste quadriênio, poderemos verificar qual das três grandes tendências que marcam a região terá mais peso. A ideia predominante até agora é que a América Latina sofreu viragens bem à esquerda (2002-2008) ou à direita (2009-2012). Na verdade, o que a realidade apresenta é que a dinâmica política é muito mais complexa e heterogénea.

A vitória de Sebastián Piñera na segunda volta das eleições presidenciais de 2010 no Chile parecia confirmar a tese de Álvaro Vargas Llosa sobre a existência de uma viragem à direita na América Latina (vitórias de Ricardo Martinelli no Panamá, Porfirio Lobo nas Honduras e do próprio Piñera no Chile).

Esta ideia substituiu a que circulou desde meados da década passada, quando se falava de uma “viragem à esquerda” na região, após as vitórias de Hugo Chávez na Venezuela (1998), de Lula

da Silva no Brasil (2002/2006), de Néstor Kirchner na Argentina (2003), de Tabaré Vázquez no Uruguai (2005), de Evo Morales na Bolívia (2005), de Michelle Bachelet no Chile (2006), de Rafael Correa no Equador (2006), de Daniel Ortega na Nicarágua (2006), de Álvaro Colom na Guatemala (2007), de Cristina Kirchner, na Argentina, em 2007, de Fernando Lugo no Paraguai (2008) e de Mauricio Funes, no El Salvador (2009).

No entanto, nem a América Latina experimentou uma “viragem à esquerda” nessa altura, nem agora realiza uma viragem à direita. A situação é muito mais complexa e variada, tal como a região é complexa e variada.

Existem três tendências políticas e eleitorais que coexistem na América Latina. Em determinados momentos, umas pesam mais do que outras, embora as três estejam sempre presentes:

- **A consolidação do nacionalismo populista**

O “socialismo do século XXI”, o “chavismo” ou o “bolivarianismo” não são senão nacionalismos autoritários, estatizantes e populistas. Chávez iniciou, em 1998, essa tendência que depois de se manter solitariamente até 2005 (com o exclusivo apoio de Fidel Castro em Cuba) recebeu um impulso, quando se incorporaram novos aliados tais como Evo Morales, Rafael Correa e Daniel Ortega.

“2012 foi marcado pela continuidade e pela predominância das vitórias das candidaturas de centro”

2009 consolidou no poder dos líderes nacional-populistas: Hugo Chávez venceu o referendo de fevereiro que lhe permitia candidatar-se a reeleições indefinidas, Rafael Correa foi reeleito nas eleições de Abril de 2009 e Evo Morales fez o mesmo nas presidenciais de dezembro, na Bolívia, nesse mesmo ano.

A reeleição de Correa em 2013 e do “chavismo” em 2012/2013 apenas reafirmaram essa consolidação sem que, no entanto, se lhe juntassem mais protagonistas.

- **O avanço do centro-direita**

Se tivesse existido uma viragem à esquerda, entre 2002 e 2009, não se entenderia como o PAN (de centro-direita) governou desde 2000 no México ou como o “uribismo” faz desde 2002 na Colômbia (com o próprio Uribe entre 2002 e 2010 e com o seu sucessor —e agora rival— Juan Manuel Santos).

Além disso, a essas duas figuras uniram-se Sebastián Piñera no Chile, Porfirio Lobo nas Honduras, Ricardo Martinelli no Panamá e Otto Pérez Molina na Guatemala. E, mesmo em 2012, o PRI liderado por Enrique Peña Nieto recuperou o poder.

- **A força da esquerda moderada e reformista**

Além de existirem importantes exceções a essa hipotética

“viragem à esquerda” (tais como o México e a Colômbia) falar em geral de “viragem à esquerda”, tal como se fazia há uma década, não deixava de ser uma simplificação, dado que era colocar num mesmo contexto experiências políticas tão diferentes como as de Bachelet ou de Lula/Rousseff (que respeitam as liberdades políticas e económicas) e as de Chávez/Maduro, Evo Morales e Correa.

Em conjunto com a tendência de centro-direita e de nacionalismo populista, havia e continua a haver uma forte tradição de esquerda reformista encarnada na região por Lula da Silva, Michelle Bachelet ou José Mujica e Tabaré Vázquez.

II Dinâmicas políticas regionais

Além das três tendências referidas, é necessário sublinhar que, nos últimos anos (2010-2013), podem constatar-se algumas dinâmicas muito acentuadas na região, além da heterogeneidade das tendências políticas: a continuidade de determinados partidos ou lideranças no poder e um certo predomínio das forças de centro (quer de centro-direita como de centro-esquerda).

- **Continuidade**

2012 foi marcado pela continuidade e pela predominância das vitórias das candidaturas de centro (centro-direita ou centro-esquerda).

“Pelos governos vinculados ao “socialismo do século XXI” que se conseguiram consolidar, mas não conseguiram aumentar a sua influência”

Esta continuidade, como ratificação e apoio à gestão política e económica dos governos atuais, foi favorecida pela situação económica da região que tem sido marcada pela igualmente pela continuidade no que diz respeito ao crescimento económico, apesar de algumas nuvens negras ao fundo: a possibilidade de que a crise da União Europeia acabe por contagiar o resto do mundo, causando uma desaceleração na China e abortando a fraca recuperação dos EUA.

A bonança permitiu, por sua vez, que os governos ativessem programas sociais (as transferências diretas condicionadas) que proporcionaram que importantes setores da população abandonem a pobreza e se integrem numa incipiente classe média. Tudo isto não fez mais do que aumentar o apoio da população aos governos atuais.

Houve continuidade, por exemplo, na República Dominicana, com a vitória do partido no poder, do “leonelismo” sem Leonel Fernández, encarnado na figura de Danilo Medina: o seu partido, o PLD, está no poder desde 2004 e permanecerá, pelo menos até 2016, com a mulher do próprio Leonel Fernández, Margarita Cedeño, agora como vice-presidente, marcando ainda mais as linhas de continuidade.

Essa continuidade aconteceu igualmente na Venezuela (vitória de Hugo Chávez, em outubro de 2012, que foi posteriormente ratificada em abril de 2013 com a vitória de Nicolás Maduro) e no Equador (reeleição de Rafael Correa em fevereiro de 2013).

De certa forma, pode igualmente considerar-se como continuidade o triunfo do PRI no México e do Partido Colorado no Paraguai. O PRI, de centro-direita, substituiu o PAN no poder, igualmente de centro-direita. E o “coloradismo” paraguaio retorna ao poder após exercê-lo de forma contínua de 1954 a 2008.

- **Centrismo**

Na América Latina, nos últimos cinco anos, predominam as forças do centro.

Tal constata-se pelos governos vinculados ao “socialismo do século XXI” que se conseguiram consolidar, mas não conseguiram aumentar a sua influência. Desde 2008, não houve nenhuma outra incorporação no bloco bolivariano. Mesmo essa tendência política sofreu algumas perdas, tais como a de um aliado do “chavismo” como Manuel Zelaya nas Honduras (2009) ou de uma figura próxima, como Fernando Lugo no Paraguai (2012).

**“os mandatários em
exercício aspiram a
continuar no poder por
um ou mais mandatos e,
na maioria das ocasiões,
saem vitoriosos”**

Se 2010 foi o ano da chamada “viragem ao centro” (vitórias de Sebastián Piñera no Chile e Juan Manuel Santos na Colômbia), 2011 foi o que melhor expressou a heterogeneidade ideológica latino-americana com vitórias de um candidato de centro-direita na Guatemala (Otto Pérez Molina) e de dois de centro-esquerda: no Peru (Ollanta Humala) e na Argentina (Cristina Kirchner).

Em 2012, este predomínio centrista foi reafirmado com o triunfo do PLD na República Dominicana (um partido de centro-esquerda convertido a uma postura mais pragmática ou ortodoxa) e, acima de tudo, do PRI de Enrique Peña Nieto no México.

III A onda reelecionista na América Latina

As reeleições de Cristina Fernández de Kirchner, em outubro de 2011, de Hugo Chávez, em outubro de 2012, e de Rafael Correa, em fevereiro de 2013 reforçaram uma tendência geral na região: os mandatários em exercício aspiram a continuar no poder por um ou mais mandatos e, na maioria das ocasiões, saem vitoriosos. São reeleitos e fazem-no com vitórias retumbantes, muitas vezes à primeira volta, com mais de 50% dos votos.

Na década de 80, quando a democracia regressou de forma generalizada à região, exceto a Cuba, nenhum presidente podia ser reeleito de forma contínua em nenhum país da América Latina,

exceto na Nicarágua, na República Dominicana e no Paraguai. Na década de 90, a tendência alterou-se quando começou a triunfar a tendência reelecionista na maioria dos países da América Latina. A Argentina de Carlos Menem após a reforma constitucional de 1994 e o Peru de Alberto Fujimori, na sua constituição de 1995, contemplavam a reeleição contínua, dois mandatos consecutivos, algo que não existia nas Constituições anteriores (a de 79, no caso do Peru e a de 1853, na Argentina, que permitiam a reeleição, mas após mandatos alternados).

Estes dois países iniciaram uma tendência que se foi espalhando por toda a região: em breve se juntaram outros, como o Brasil, em 1997, e a Venezuela (a Constituição de 1999 permitia uma reeleição, mas a alteração mais tarde adotada em 2009, permitia a reeleição indefinida) e, na década seguinte, a República Dominicana (2002), a Colômbia (2005), o Equador (2008), a Bolívia (2009) e a Nicarágua (2010).

Nos outros países, a reeleição é mais complicada como é o caso do Panamá ou da Costa Rica. Neste último país, em 2003, foi aprovada a possibilidade de reeleição alternada, já que até essa altura era proibido qualquer tipo de reeleição. Oscar Arias inaugurou esta modalidade como presidente entre 1986 e 1990 e, novamente, entre 2006 e 2010. No Chile, no Uruguai e no El Salvador, o presidente em exercício não pode concorrer à reeleição e, para voltar a candidatar-se, deve deixar

“Em apenas um país, a Venezuela, a reeleição indefinida é permitida”

passar um mandato presidencial (Chile, Uruguai e El Salvador).

No caso do Panamá, a explicação do porquê da reeleição imediata é complicada e remonta à ascensão de Ernesto Pérez Balladares, a 1 de setembro de 1994, quando o nacionalismo “torrijista” retornou ao poder democraticamente. Seguindo o caminho dos seus homólogos peruano, argentino e brasileiro, Pérez levou à Assembleia uma série de reformas constitucionais para permitir a reeleição presidencial por mais cinco anos. Esta afirmação do “perredismo” no poder recebeu o apoio de três pequenos partidos de centro-direita liberal: o Liberal Nacional, o Solidaridad e o Cambio Democrático. O mandatário argumentou que precisava de um novo mandato para completar as reformas económicas e conduzir sem contratempos a entrega do Canal, a culminar no dia 31 de Dezembro de 1999, questão da maior importância para a economia nacional. Malgrado a sua tentativa reelecionista, Pérez arrastou o seu partido para a derrota nas eleições presidenciais de 2 de maio de 1999, nas quais o seu candidato **Martín Torrijos Espino**, foi derrotado por **Mireya Moscoso**, para a qual transferiu o poder a 1 de Setembro.

Atualmente, a situação em matéria de reeleição é, portanto, muito variada:

- Em apenas um país, a Venezuela, a reeleição indefinida é permitida.
- Em seis países (Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia,

Nicarágua e Equador), a reeleição consecutiva é permitida, mas não indefinidamente.

- Em sete outros casos, apenas é possível depois de decorrido, pelo menos, um ou dois mandatos presidenciais (Chile, Costa Rica, El Salvador, Panamá, Peru, República Dominicana e Uruguai).
- Quatro países proíbem a reeleição em qualquer caso (México, Guatemala, Honduras e Paraguai).

A possibilidade de reeleicionismo contínuo é uma tendência que favorece quase sempre os governos e os presidentes no poder. Desde que foram iniciadas as transições para a democracia (1978) na República Dominicana e no Equador, todos os presidentes, exceto dois, que procuraram a reeleição contínua ganharam as eleições: foram os casos da Nicarágua, em 1990, e na República Dominicana, em 2004.

3. TENDÊNCIAS REELEICIONISTAS NA REGIÃO (2013-16)

Agora, na América Latina tem início uma nova corrida eleitoral (2013-2016), onde iremos assistir a uma verdadeira onda reelecionista.

Entre 2013 e 2016, irão ter lugar as quatro tendências assinaladas no que diz respeito ao reeleicionismo latino-americano:

- Haverá **presidentes em exercício que aspiram à**

“Vários presidentes procuram regressar ao poder nos países onde a reeleição contínua não é permitida”

reeleição (foi o caso de Rafael Correa e será o de Evo Morales, na Bolívia, eleito em 2005 e reeleito em 2009, com a alteração constitucional também incluída).

Além disso, parece que Dilma Rousseff aspirará à reeleição em 2014, pois a sua popularidade e gestão colocam-na como candidato natural do PT. Juan Manuel Santos, muito provavelmente, será o candidato do partido no poder em 2014, depois de ter sido eleito pela primeira vez em 2010, como herdeiro do “uribismo”. Agora, afastado do ex-presidente Álvaro Uribe, procurará essa reeleição, muito provavelmente enfrentando figuras procedentes do “uribismo”.

O caso de Cristina Kirchner na Argentina é diferente. Constitucionalmente, não pode ser reeleita depois de chegar à presidência em 2007 e repetir o feito em 2011. Ela não referiu que queira ser reeleita, mas o seu círculo mais próximo e as organizações “kirchneristas” (La Cámpora) que a rodearam claramente apostam nisso. A chave está nas eleições legislativas de Outubro de 2013: a obtenção de votos suficientes no Congresso unicamente com a força do “peronismo” será quase impossível. Mas um triunfo eleitoral retumbante facilitaria a realização da reforma, aproveitando o facto de lutarem frente a uma oposição

desunida, fragmentada e sem uma liderança clara.

- **Vários presidentes procuram regressar ao poder** nos países onde a reeleição contínua não é permitida.

Será o caso de Michelle Bachelet no Chile, que ocupou o cargo entre 2006 e 2010, de Tabaré Vázquez no Uruguai que, em 2005, levou a Frente Amplio de esquerda ao poder, ou de Alan García (presidente em 1985-1990 e 2006-2011) e de Alejandro Toledo (2001-2005), no Peru.

Além disso, Tony Saca, presidente do El Salvador, entre 2004 e 2009, aparece como candidato do Movimiento Unidad, à margem das grandes forças do país, da ARENA (o seu antigo partido) e da FMLN.

- **Mulheres de presidentes com aspirações a suceder aos seus maridos (uma espécie de reeleicionismo conjugal:** casos de Xiomara Castro nas Honduras, Sandra Torres na Guatemala e especula-se com o caso de Nadine Heredia, no Peru).

Néstor Kirchner colocou esta tendência na moda, em 2007, ao ser eleita em 2007, a sua mulher, a dirigente política Cristina Fernández. Atualmente duas mulheres de presidentes podem aspirar a continuar o trabalho dos seus maridos. No Peru, surge com força a figura de Nadine

“Se a conjuntura económica regional e a mundial, à qual a região está tão vinculada, não piorarem, tudo indica que a classe média continuará a crescer”

Heredia, mulher de Ollanta Humala, embora para que tal aconteça deveria haver uma reforma da lei eleitoral ou uma nova interpretação da mesma consagrada na Constituição, o que o permitiria e que estaria acima da anterior.

Na América Central, após o fracasso de Sandra Torres na Guatemala na sua luta pela a presidência, em 2011, (inclusivamente, divorciou-se do presidente Álvaro Colom para contornar os impedimentos constitucionais), Xiomara Castro, mulher de Manuel Zelaya, presidente das Honduras entre 2006 e 2009, ergue-se como a candidata da esquerda para as eleições de 2013.

Também a própria Sandra Torres, já sem impedimento constitucional (o seu ex-marido deixou de ser presidente em 2011), foi nomeada candidata presidencial pelo seu partido, a Unidad Nacional de la Esperanza, cujo conselho político é chefiado pelo ex-presidente (e ex-marido) Álvaro Colom.

- **Países onde não é permitida qualquer tipo de reeleição** (o recente caso do México e do Paraguai e os que ocorrerão nas Honduras em 2013 e na Guatemala, em 2015).

4. CONCLUSÕES

Após esta análise do panorama eleitoral latino-americano para

o próximo quadriénio, é possível retirar as seguintes conclusões:

- **Podemos afirmar que, desde 2009, o eleitorado latino-americano inclina-se, na sua imensa maioria, por tendências moderadas e de centro. E, se não houver alterações económicas traumáticas, tudo indica que esta tendência continuará neste período.**

O comportamento do eleitorado é pragmático: evita opções radicais e prefere a continuidade para garantir a estabilidade e o progresso económico. Este comportamento eleitoral que dá preferência a opções de centro tem sido favorecido pelo bom momento económico que a América Latina vive e o aumento da classe média.

Mesmo onde as tendências do “socialismo do século XXI” se impõem, fazem-no porque estes regimes contam com fortes lideranças carismáticas (Rafael Correa ou Evo Morales), que impulsionam políticas económicas ortodoxas, que graças ao aumento das receitas de exportação, permitem-lhes implementar políticas de carácter clientelar. No entanto, deve notar-se que se mantêm as exportações de matérias-primas, dado que esses países não conseguiram dar um passo significativo no sentido da industrialização dos bens essenciais que produzem.

Se a conjuntura económica regional e a mundial, à qual a região está tão vinculada, não piorarem, tudo indica que a classe média continuará a crescer, o que só irá alimentar as tendências centristas quer de esquerda como de direita e reforçará as dinâmicas centristas e de continuidade, preferindo as opções que até agora governaram dado que, sob essas administrações, os países viveram a estabilidade económica e o desenvolvimento social.

- **Ao lado das tendências centristas e moderada, a continuidade tornou-se uma das principais características da região.**

A efervescência reelecionista apenas confirma que os sistemas políticos da maioria dos países latino-americanos têm problemas semelhantes que favorecem a tendência para a reeleição como um remédio para a falta de credibilidade dos partidos entre o público e o eleitorado, um perene fragilidade institucional, uma tendência inata para o clientelismo e um excesso de personalismo. Na verdade, uma das “vitórias” que se deve reconhecer a estes líderes que surgiram na América Latina é que conseguiram deslegitimar os partidos e os políticos tradicionais, o que levou à existência de pouca ou quase nenhuma oposição aos regimes em funções nesses países.

O colapso dos sistemas partidários em muitos países, as debilidades dos poderes judicial e legislativo levaram à concentração de poderes constitucionais e metaconstitucionais na figura do presidente, o que é conhecido como “hiperpresidencialismo”. O hiperpresidencialismo, que implica o reeleccionismo contínuo como forma de legitimar plebiscitariamente o líder carismático, debilita as instituições, potencia a política personalista, anula a divisão de poderes e dificulta o controlo sobre a gestão do executivo.

Esse hiperpresidencialismo, em algumas ocasiões (casos da Venezuela, do Equador ou da Bolívia) desemboca no conhecido “autoritarismo competitivo”, que é assim explicado pelo cientista político, Steven Levitsky:

“Se a Venezuela não é nem ditadura, nem democracia, o que é? É autoritarismo competitivo, tal como o Peru de Fujimori. Ao contrário das ditaduras militares ou unipartidárias, o autoritarismo competitivo é um regime híbrido: há instituições democráticas que não são de fachada. Existem meios independentes e partidos de oposição e a oposição compete seriamente pelo poder (às vezes ganha, como na Nicarágua, em 1990)... compete num terreno desigual. Tem menos recursos, menos acesso aos meios de comunicação, os seus líderes

e ativistas enfrentam vários tipos de assédio e descobrem que, em vez de serem árbitros neutros, as instituições do Estado (poder judicial, órgãos eleitorais, Sunat) são utilizados como armas contra si. Jorge Castañeda descreveu as eleições de 1994 no México –outro caso de autoritarismo competitivo– como um “jogo de futebol no qual as balizas são de tamanhos diferentes e uma equipa tem 11 jogadores mais o árbitro e a outra equipa tem seis ou sete jogadores” . A segunda equipa pode ganhar, mas é muito difícil. “

Fenómenos como o “autoritarismo competitivo”, o reeleccionismo e o hiperpresidencialismo deterioram as instituições democráticas. A maioria dos países da região são democracias plenas ou incompletas, eleições livres com liberdades civis, ambas as condições necessárias para a democracia, mas não suficientes para consolidar uma democracia plena, se não for acompanhada por um governo transparente, por uma participação política e instituições fortes e credíveis.

As eleições são um componente fundamental da democracia. No entanto, sem instituições democráticas fortes e transparentes (um quadro constitucional e organizações que surgem a partir dele) que operam entre períodos eleitorais, não serão protegidos a liberdade e os direitos das minorias, bem como os direitos humanos.

Finalmente, as democracias com instituições fracas são mais vulneráveis à corrupção e mais propensas a favorecer um partido político no poder por um longo período. Além disso, as democracias com uma institucionalização fraca podem retroceder e acabar por cair em regimes autoritários. A existência de instituições fortes e responsáveis, impede ou dificulta as tendências autoritárias.

Portanto, o desafio de curto prazo para os países da América Latina é o fortalecimento das instituições políticas para preservar a democracia na região e evitar os riscos de reeleccionismo e hiperpresidencialismo.

LLORENTE & CUENCA

CONSULTORES DE COMUNICAÇÃO

Consultoria de Comunicação líder na Espanha, Portugal e na América Latina

A LLORENTE & CUENCA é a primeira consultoria de Comunicação da Espanha, Portugal e América Latina. Conta com 14 sócios e 300 profissionais que prestam serviços de consultoria estratégica a empresas de todos os setores de atividades, com operações voltadas para o mundo que fala espanhol e português.

Atualmente, possui escritórios próprios na Argentina, Brasil, Colômbia, China, Equador, Espanha, México, Panamá, Peru, Portugal e República Dominicana. Além disso, através de empresas afiliadas, oferece seus serviços nos Estados Unidos, Chile, Bolívia, Uruguai e Venezuela.

Seu desenvolvimento internacional levou a LLORENTE & CUENCA a tornar-se, em 2010 e em 2011, uma das 50 mais importantes empresas de comunicação do mundo, de acordo com o Ranking Mundial produzido anualmente pela publicação The Holmes Report.

Organização

DIREÇÃO CORPORATIVA

José Antonio Llorente
Sócio Fundador e Presidente
jalorente@llorenteycuenca.com

Enrique González
Sócio e CFO
egonzalez@llorenteycuenca.com

Jorge Cachinero
Diretor Corporativo de Reputação e Inovação
jcachinero@llorenteycuenca.com

IBÉ,RIA

Arturo Pinedo
Sócio e Diretor Geral
apinedo@llorenteycuenca.com

Adolfo Corujo
Sócio e Diretor Geral
acorujo@llorenteycuenca.com

Madrid

Joan Navarro
Sócio e Vice-presidente de Assuntos Públicos
jnavarro@llorenteycuenca.com

Amalio Moratalla
Sócio e Diretor Sênior
amoratalla@llorenteycuenca.com

Juan Castellero
Diretor Financeiro
jcastillero@llorenteycuenca.com

Lagasca, 88 – planta 3
28001 Madrid (Espanha)
Tel: +34 91 563 77 22

Barcelona

María Cura
Sócia e Diretora-Geral
mcura@llorenteycuenca.com

Muntaner, 240-242, 1º-1ª
08021 Barcelona (Espanha)
Tel: +34 93 217 22 17

Lisboa

Madalena Martins
Sócia
madalena.martins@imago.pt

Carlos Matos
Sócio
carlos.matos@imago.pt

Rua do Fetal, 18
2714-504 S. Pedro de Sintra (Portugal)
Tel: + 351 21 923 97 00

AMÉRICA LATINA

Alejandro Romero
Sócio e CEO da América Latina
aromero@llorenteycuenca.com

José Luis Di Girolamo
Sócio e CFO da América Latina
jldgirolamo@llorenteycuenca.com

Antonio Lois
Diretor Regional de Recursos Humanos
alois@llorenteycuenca.com

Bogotá

Juan José Berganza
Diretor Executivo
jjberganza@llorenteycuenca.com

Germán Jaramillo
Presidente Conselheiro
gjaramillo@llorenteycuenca.com

Carrera 14, # 94-44. Torre B – of. 501
Bogotá (Colômbia)
Tel: +57 1 7438000

Buenos Aires

Pablo Abiad
Diretor Geral
pabiad@llorenteycuenca.com

Enrique Morad
Presidente Conselheiro para o Cone Sul
emorad@llorenteycuenca.com

Av. Corrientes 222, piso 8. C1043AAP
Ciudad de Buenos Aires (Argentina)
Tel: +54 11 5556 0700

Lima

Luisa García
Sócia e CEO da região Andina
lgarcia@llorenteycuenca.com

Av. Andrés Reyes 420, piso 7
San Isidro - Lima (Peru)
Tel: +51 1 2229491

México

Alejandro Romero
Sócio e CEO da América Latina
aromero@llorenteycuenca.com

Juan Rivera
Sócio e Diretor Geral
jrivera@llorenteycuenca.com

Bosque de Radiatas # 22 – PH7
05120 Bosques de las Lomas (México)
Tel: +52 55 52571084

Panamá

Javier Rosado
Sócio e Diretor Geral
jrosado@llorenteycuenca.com

Avda. Samuel Lewis. Edificio Omega, piso 6
Tel: +507 206 5200

Quito

Catherine Buelvas
Diretora Geral
cbuelvas@llorenteycuenca.com

Av. 12 de Octubre 1830 y Cordero.
Edificio World Trade Center, Torre B, piso 11
Distrito Metropolitano de Quito (Equador)
Tel: +593 2 2565820

Rio de Janeiro

Juan Carlos Gozzer
Diretor Executivo
jcgozzer@llorenteycuenca.com

Rua da Assembleia, 10 – sala 1801
Rio de Janeiro - RJ (Brasil)
Tel: +55 21 3797 6400

São Paulo

José Antonio Llorente
Sócio Fundador e Presidente
jalorente@llorenteycuenca.com

Alameda Santos, 200 – Sala 210
Cerqueira Cesar. SP 01418-000 (Brasil)
Tel.: +55 11 3587 1230

Santo Domingo

Alejandra Pellerano
Diretora Geral
apellerano@llorenteycuenca.com

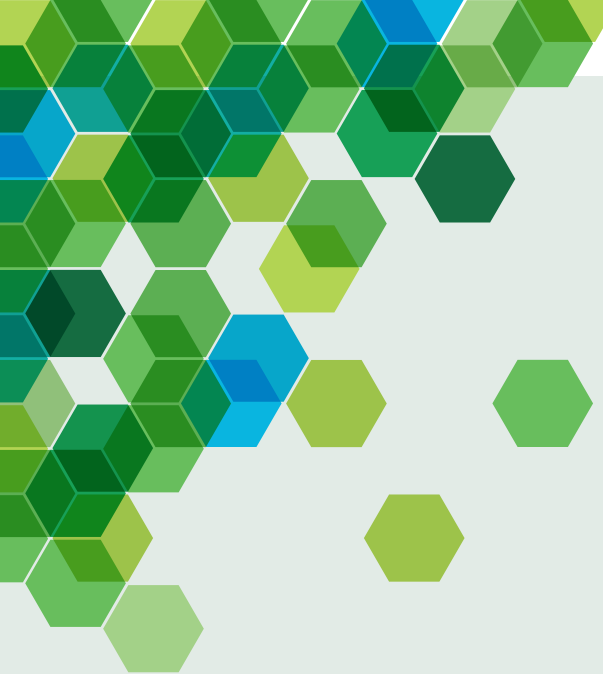
Avda. Abraham Lincoln
Torre Ejecutiva Sonora, planta 7
Tel: +1 8096161975

ÁSIA

Beijing

Sergi Torrents
Diretor Geral
storrents@grupo-11.com

2009 Tower A. Ocean Express
N2 Dong san Huan Bei Road, Chaoyang District
Beijing (China)
Tel: +86 10 5286 0338



A d+i é o Centro de Ideias, Análise e Tendências da LLORENTE & CUENCA.

Porque estamos testemunhando um novo modelo macroeconômico e social. E a comunicação não fica atrás. Avança.

A d+i é uma combinação global de relacionamento e troca de conhecimentos que identifica, se concentra e transmite os novos paradigmas da comunicação a partir de uma posição independente.

A d+i é um fluxo constante de ideias que adianta os avanços da nova era da informação e da gestão empresarial.

Porque a realidade não é preta ou branca existe d+i LLORENTE & CUENCA.

www.dmasillorenteycuenca.com

d+i LLORENTE & CUENCA